

Ana Cristina M. Lopes

CELGA/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Contributos para o estudo do marcador discursivo ‘claro’ em Português europeu

Resumo: Neste artigo, caracterizam-se os valores do marcador discursivo ‘claro’ no Português europeu contemporâneo, a partir de dados recolhidos no sub-corpus oral do Corpus de Referência do Português Contemporâneo. Distinguem-se dois contextos de ocorrência do marcador: (i) em intervenções reativas, num contexto de diálogo, nas quais o marcador funciona quer como resposta enfática a perguntas ou pedidos, quer como expressão de acordo, quer ainda como mero sinal de retro-alimentação conversacional e (ii) em intervenções de um só participante, em que o marcador funciona como modalizador de reforço epistémico. Na secção final do artigo, avança-se uma hipótese sobre o processo de gramaticalização que terá conduzido ao atual marcador.

Palavras-chave: marcador discursivo, cortesia verbal, polissemia, gramaticalização.

Abstract: The aim of this paper is the characterization of the uses of the discourse marker ‘claro’ in contemporary European Portuguese, based on empirical data collected from the oral sub-corpus of the Reference Corpus of Contemporary Portuguese. Two contexts of use were found: (i) reactive interventions, in dialogue, where the marker may function as an emphatic answer to questions or requests, as an expression of agreement or as a filler; (ii) interventions of a single participant, where the marker behaves as an epistemic modal operator. In the last section, a hypothesis on the grammaticalization path of the marker is put forward.

Key words: discourse marker, politeness, polysemy, grammaticalization

Introdução

Neste estudo, analisam-se ocorrências de ‘claro’ como marcador discursivo no Português europeu contemporâneo (doravante, PEC).¹ As relações entre os valores do marcador e os valores do item como adjetivo epistémico serão abordados na parte final do artigo, como pista de trabalho tendente a evidenciar o processo de gramaticalização que parece ter dado origem ao marcador.

Usa-se a expressão ‘marcador discursivo’ para dar conta dos usos do item que só podem ser cabalmente descritos e explicados tendo em conta o domínio pragmático da significação. Assume-se à partida que a significação linguística é heterogénea, porque distribuída por distintos domínios, resultantes de diferentes funções desempenhadas pela linguagem verbal. Assim, estabelece-se desde logo uma distinção entre o domínio do conteúdo, que envolve a representação do mundo sócio-físico, e o domínio pragmático, que envolve, por um lado, a representação das atitudes, crenças e raciocínios do falante (domínio epistémico), e, por outro, a dimensão interacional da comunicação linguística (domínio ilocutório-conversacional). Os marcadores discursivos operam sempre no plano pragmático da significação e são tipicamente multifuncionais. Assume-se, na esteira de Pons Bordería 1998, que os marcadores discursivos podem funcionar quer como conectores, dando instruções ao ouvinte/leitor sobre articular de forma coerente diferentes segmentos discursivos, quer como instrumentos de regulação cooperante da interação verbal, quer ainda como operadores de modalização, inscrevendo no discurso atitudes do falante relativamente ao que diz.

O trabalho que aqui se apresenta é um estudo de natureza indutiva: parte da análise de dados empíricos e visa elencar e caracterizar de forma sistemática os diversos valores que a expressão ‘claro’ assume, em função da posição que ocupa na configuração discursiva em que ocorre. Um segundo objectivo deste estudo, que se articula com o primeiro, complementando-o, envolve a análise dos valores de ‘claro’ no âmbito de uma reflexão sobre estratégias discursivas de cortesia em Português.

¹ Não se analisam, neste trabalho, os valores semânticos de ‘claro’ como nome, adjectivo qualificativo ou advérbio modificador de predicado. Mas ter-se-ão em conta as construções ‘claro que sim’, ‘claro que não’, que parecem ter sofrido um processo de lexicalização conversacional (Pons Bordería, 2012).

Em termos metodológicos, analisam-se, num primeiro momento, as ocorrências de ‘claro’ em textos poligerados, no contexto de diálogo que tripicamente caracteriza a interacção verbal; num segundo momento, focalizam-se as ocorrências de ‘claro’ em textos monogerados, que configuram intervenções de um só falante. Os dados foram recolhidos no sub-corpus oral do Corpus de Referência do Português Contemporâneo (www.clul.ul.pt).

1. Valores dialógicos de ‘claro’

Nesta secção, analisam-se em primeiro lugar exemplos em que ‘claro’ funciona como resposta enfática a uma pergunta total ou a um pedido (1.1.), seguidamente, casos em que ‘claro’ marca o acordo do falante relativamente a uma intervenção prévia (1.2.) e, por fim, casos em que o marcador desempenha uma mera função fática, de retroalimentação conversacional (1.3.).

1.1. Resposta enfática

Atente-se nos seguintes exemplos:

(1) P.- Recusa, portanto, um papel passivo, conformista ? R.- Claro. Sou incapaz de não me irritar, de me calar, de não intervir perante certas situações.

(2) P.- No livro conjura uma galeria de personagens que são como ícones de Paris como a Nadja de Breton? Será que essa foi, também, uma forma de escapar à solidão, de mitigar o exílio? R.- Sim, claro.

(3) _A ministra da Saúde confia nos hospitais? _ Claro que confio! Os hospitais públicos são os locais melhor apetrechados para a realização de intervenções complexas e para a prestação de cuidados de saúde nas patologias mais complexas. Têm óptimos profissionais e capacidade para oferecer tratamento equiparado ao que de melhor se faz no estrangeiro. _ E o cidadão normal pode confiar? _ Claro que sim! Pode e deve.

Num contexto de diálogo, ‘claro’ funciona frequentemente, no PEC, como resposta afirmativa a uma pergunta total. O padrão usual de resposta afirmativa neutra em português europeu, ao contrário do que acontece noutras línguas românicas, envolve a retoma do verbo da pergunta (nos casos vertentes, ‘recuso’, ‘foi’ e ‘pode’), eventualmente precedido pelo advérbio de polaridade afirmativa ‘sim’ (‘sim, recuso’, ‘sim, pode’), ou apenas o uso do advérbio (‘sim’). Assim sendo, a resposta afirmativa que envolve o uso de ‘claro’ é uma resposta marcada, assumindo um valor enfático, de intensificação ou reforço do ato de fala realizado². Nesta linha de raciocínio, ao optar por ‘claro’ o locutor reforça o seu compromisso epistémico relativamente ao conteúdo proposicional, contextualmente recuperável, da sua resposta afirmativa. Com esta função – resposta afirmativa enfática a uma pergunta total -, o marcador pode ocorrer isoladamente (cf. (1)) ou coocorrer com o advérbio de polaridade ‘sim’ (cf. (2) e (3), ‘sim, claro’ e ‘claro que sim’), é comutável por ‘evidentemente’ ou ‘obviamente’ e ocupa a posição inicial na intervenção reativa que corresponde ao segundo membro do par adjacente pergunta/resposta.

Quando a resposta a uma pergunta total é negativa e igualmente enfática, a expressão ‘claro que não’ é uma opção frequente do falante, como o corpus atesta:

(4) O Ind - Então, o problema do PS é só a falta de equipa e a alteração estatutária?

C.O . - Claro que não!

Veja-se agora o exemplo (5):

² Em Martins 2006, defende-se que as afirmações enfáticas emergem em contextos de interação discursiva como manifestação do desacordo do falante relativamente a uma asserção (ou pressuposição) prévia. Mais concretamente, a autora defende que respostas afirmativas enfáticas ocorrem depois de perguntas construídas com uma interrogativa “tag” que pressupõe uma resposta negativa (i) ou em asserções que rejeitam a verdade de uma asserção negativa prévia (ii):

(i)A: O João não comprou o carro, pois não? B: Comprou, comprou/Comprou sim/comprou pois.

(ii)A: O João não comprou o carro. B: O João comprou o carro, comprou /pois.

A partir dos nossos dados, julgamos pertinente estender os casos de afirmação enfática aos contextos em que a resposta marcada é expressa através do marcador ‘claro’ ou da sua variante ‘claro que sim/não’.

(5) O Orador: - Sr. Presidente , se estiver de acordo com a minha sugestão , gostaria de pedir para ser dispensado da matéria, por supor que ela é do conhecimento de todos os grupos parlamentares. O Sr. Presidente: - Claro que sim - e o relógio agradece!

Neste contexto, a expressão ‘claro que sim’ funciona como resposta afirmativa a um pedido, ou seja, expressa a aceitação do pedido, sendo equivalente a ‘está dispensado’, mantendo-se o valor enfático acima assinalado. Parece, pois, possível inferir um padrão ou uma regularidade a partir dos dados: num quadro de diálogo, ‘claro’ e ‘claro que sim’ podem expressar respostas afirmativas enfáticas a atos discursivos de pergunta ou pedido. Funcionam, por conseguinte, como marcadores de reforço ou intensificação ilocutória da asserção que realizam. Neste tipo de contextos, ‘claro’ (e as variantes mencionadas, ‘claro que sim/não’) pode ocorrer como intervenção reativa independente ou autónoma.

Identificado o valor, importa agora correlacioná-lo com a questão da cortesia. Centremo-nos nos casos da resposta favorável a um pedido, que é paradigmaticamente um ato ameaçador da face do outro (Brown & Levinson 1987). No par adjacente cujo membro inicial é um pedido, a sequência não marcada, preferida (ou seja, aquela que é de algum modo esperada),³ é a aceitação do pedido, resposta que agrada ao interlocutor, na medida em que satisfaz os seus interesses. Ora a intensificação enfática dessa resposta favorável, através do uso de ‘claro’, configura indubitavelmente uma estratégia discursiva de cortesia positiva ou valorizadora, que visa justamente reforçar a face positiva do interlocutor (Briz 2006). Já no caso do par pergunta/resposta, a marcação enfática da resposta não é relevante no âmbito das estratégias de cortesia. De facto, ao optar por uma resposta enfática, o falante sinaliza simplesmente o seu forte compromisso relativamente à verdade do que diz, ou seja, reforçando a sua própria atitude de comunicação, muito provavelmente com um propósito argumentativo.

Até aqui, utilizámos a expressão *resposta enfática* para o uso dialógico de ‘claro’ depois de perguntas totais. Uma resposta é prototipicamente a função ilocutória que uma asserção assume, ao ser retroativamente interpretada como

³ Utilizamos a noção de sequência não marcada ou preferida tal como foi proposta no âmbito da Análise Conversacional. Para uma síntese do contributo dos conversacionalistas norte-americanos, veja-se Levinson1983.

segundo membro de um par adjacente cujo primeiro membro é uma pergunta. Nos casos em que ‘claro’ aparece seguido de um ponto final, julgamos que se trata de um marcador de polaridade positiva que, como pertinentemente propõe Salvador Pons (2012), se opõe paradigmaticamente a ‘sim’, numa escala [débil, forte] [sim, claro]. Nestes casos, o primeiro membro do par adjacente permite-nos recuperar facilmente o conteúdo proposicional que está a ser comunicado pelo falante. No entanto, a avaliar pela presença não negligenciável, no corpus, do ponto de exclamação depois de ‘claro/claro que sim/não, que visa sinalizar um determinado contorno prosódico, parece-nos que estamos já perante uma frase exclamativa elítica⁴, e não perante uma frase declarativa elítica. Ora é sabido que as frases exclamativas configuram um dos suportes convencionais prototípicos de atos ilocutórios expressivos (cf., entre outros, Alonso-Cortés 1999, Brito, Duarte & Matos 2003, Rett 2008). Como conciliar, então, a efetiva resposta expressa por ‘claro’, atestada pelos exemplos, com uma possível caracterização do enunciado em termos de ato expressivo, suportado pela frase exclamativa elítica? Em Faria (2003:75), ‘claro!’ é considerado um ato ilocutório assertivo indireto, quando ocorre como enunciado autónomo reativo, configurando uma resposta a uma pergunta total. Julgamos que tal análise releva do facto de ‘claro!’ ser justamente interpretado pela autora como configurando uma frase exclamativa elítica, não havendo, portanto, uma correspondência biunívoca entre forma e função do enunciado. Ou seja: a frase declarativa é o suporte convencional da asserção; se o falante mobiliza um outro recurso, sintático-prosódico, para dar uma resposta (no caso em apreço, a frase exclamativa elítica), então está a realizar um ato indireto de asserção, cabendo ao interlocutor a reconstrução do conteúdo proposicional implícito. Esta proposta, permitindo embora captar o funcionamento ilocutório de ‘claro (que sim/que não)!', não contempla, no entanto, o valor expressivo, enfático, da resposta. Em Gutiérrez-Rexach & Andueza (2011), é sugerida uma análise a nosso ver mais satisfatória. Os autores afluam as exclamativas ditas “evidenciais”, do tipo “¡Claro que te lo voy a dar!", introduzidas por expressões marcadoras de evidencialidade (*of course*, em inglês, *claro/por supuesto*, em espanhol), que envolvem simultaneamente a asserção de uma proposição p e a expressão de “a

⁴ Seguimos a definição de frase exclamativa elítica proposta por Brito, Duarte & Matos (2003:482-483).

contextually determined emotive attitude toward this assertion”.⁵ Julgamos que os dados que estamos a focalizar (Claro! /Claro que sim!/Claro que não!) são integráveis na classe das exclamativas evidenciais. Tendo já admitido que tais construções ilustram casos de respostas *enfáticas*, que contrastam paradigmaticamente com a resposta não-marcada ‘sim’ (ou mera retoma de verbo da pergunta), podemos então concluir que é justamente esse carácter enfático que permite considerar a resposta ‘claro (/que sim/que não)!’ como um enunciado ilocutoriamente híbrido, simultaneamente assertivo e exclamativo. Com efeito, ao optar pela resposta marcada, não canónica, o falante implica uma informação adicional, cujo cálculo se baseia numa heurística pragmática, uma Máxima de Modo (na formulação de Levinson (2000:33): “Marked message indicates marked situation”). Mais concretamente, parece-nos que a escolha da forma marcada ou enfática ativa uma implicatura conversacional generalizada que envolve uma interpretação escalar, segundo a qual o conteúdo proposicional comunicado na resposta é avaliado pelo falante como ocupando o grau extremo numa escala de valores epistémicos (com o conseqüente reforço do valor de certeza). Por outro lado, o ponto de exclamação depois de ‘claro(/que sim /que não)’ parece ocorrer mais frequentemente em contextos em que o falante parece reagir com surpresa à pergunta feita, como se ela fosse desnecessária, dado o carácter óbvio da resposta. Daí que haja também um elemento expressivo contido na resposta, o que, uma vez mais, sustenta a hipótese de que estamos perante um caso de hibridismo ilocutório.

1.2. Acordo

Voltando ao corpus, ainda em contexto dialogal, encontramos evidência de um outro uso de ‘claro’, no PEC. Veja-se o exemplo seguinte:

(6) A: Pode admitir o falhanço! X: Não, mas a gente pode ter a sua formação política, até séria e consciente agora quando em, em actividade artística quer criar e quer erguer problemas humanos, com certa profundidade, tem que re (...) que erguer

⁵ Os autores citados defendem que as exclamativas evidenciais expressam “the fact that p is considered evidentially strong” e consideram que o seu conteúdo proposicional é pressuposto apenas pelo falante, devendo ser acomodado como nova informação pelo ouvinte: daí que possam funcionar como resposta a perguntas.

aqueles que conhece, A: *Claro*. X: Nos ambientes que conhece A: *Claro*. X: E não ir agora criar. A: E é mesmo por aí que pode ter impacto.. X: Pois claro, e não ir agora criar um povo imaginário. Aliás parece - tou eu convencido - que no teatro, os heróis negativos é que interessam. As personagens erradas A: (...) X: É que interessam e não, e não os santos. Primeiro até por esta coisa, muito simples, é que as pessoas que têm razão, que estão certas, que procedem bem, têm menos conflitos, A: *Claro!* X: Portanto são menos dramáticas.

Neste fragmento de diálogo, ‘claro’ funciona, nas ocorrências em itálico, como intervenção reativa independente, através da qual o falante expressa o seu acordo relativamente ao que foi dito pelo interlocutor. Com este valor, ‘claro’ pode coocorrer com ‘pois’, como o exemplo atesta (‘pois claro’), mas poderia igualmente ser substituído por ‘pois’.

Como marcador de acordo, ‘claro’ aparece em PEC ao serviço de estratégias de cortesia positiva ou valorizadora. De facto, tal uso, recorrente na oralidade, visa essencialmente assegurar o reforço da face positiva do interlocutor, a sua necessidade de ser escutado e apoiado, o que, em última análise salvaguarda a harmonia das relações interpessoais e evita disrupções comunicativas. Manifestar acordo com o outro é de algum modo estabelecer com ele uma aliança. Assim sendo, a expressão do acordo é empática, demonstra solidariedade, podendo claramente ser perspectivada como uma estratégia de aproximação e inclusão do outro.

1.3. Marcador fático

Veja-se agora o exemplo (7), em que ‘claro’ funciona como marcador de retroalimentação conversacional, com um valor meramente fático, sinalizando uma atitude de atenção cooperante por parte do interlocutor:

(7) A: Vê lá! X: Sai tudo, quer dizer, e... Há clientes que até dá gosto, pegam nisto, pegam naquilo, pegam no outro, põem tudo em cima do balcão, faz a conta e pronto; nem.. Descontos, nem... Faça mais baratinho, nem... Não há esses problemas, A: E.. X: Assim como há outros que são muito chatos, até por dez tostões... A: Claro, X: Até porque nós não fazemos descontos, A: Pois X: Mas é uma luta que tenho tido, para, para não ter isso.

Note-se a alternância entre ‘claro’ e ‘pois’, nas intervenções reactivas de A, ambos com idêntica função fática.⁶ Também neste caso parece relevante convocar o conceito de cortesia. De facto, manifestar interesse e atenção pelo discurso do outro é uma forma de gestão cooperante das relações interpessoais, ou, noutros termos, uma forma de valorização da face positiva do interlocutor. Muitas vezes, na oralidade, as ocorrências de ‘claro’ aparecem em fala simultânea colaborativa, que, como pertinentemente assinala Briz (2006), é uma forma socialmente legitimada, nas culturas de proximidade, de envolver o outro na interação.

2. Valores monológicos de ‘claro’

Nesta secção, analisam-se ocorrências de ‘claro’ no interior da intervenção de um falante. São dois os valores atestados no corpus: um valor de reforço epistémico (2.1.) e um valor concessivo, numa construção que envolve um movimento contrastivo subsequente (2.2.).

2.1. Modalizador epistémico

Atente-se nos exemplos (8) e (9):

(8) Houve, claro, problemas graves na produção que levaram Siegel a não querer reconhecer a autoria do desfigurado produto final.

(9) No início não sabia falar português. Tive de aprender a língua, claro.

Nestes exemplos, ‘claro’ funciona como modalizador epistémico, um operador que tem no seu escopo uma proposição e que reforça o compromisso do falante com a verdade do que asseve. Com este valor, ‘claro’, substituível por ‘evidentemente’ ou ‘obviamente’, poderia ocorrer em posição inicial, a posição típica dos advérbios de frase:

⁶ Para uma análise de ‘pois’, veja-se Lima (2002).

(8a) Claro, tive de aprender a língua.

A expressão ‘claro está’ ocorre no corpus com o mesmo valor, parecendo funcionar como uma construção lexicalizada, que o falante utiliza como um pré-fabricado:

(10) Não tem proposto alternativas concretas de programa e, claro está, é incapaz de propor qualquer alternativa política a este mesmo governo.

Neste último exemplo, a função do marcador tem implicações no plano argumentativo: ao apresentar como irrefutável a proposição que está no seu escopo, o falante avança o seu ponto de vista tentando impô-lo como óbvio ao ouvinte/leitor, de modo a bloquear eventuais objecções.

2.2. Marcador de movimento concessivo

Ainda no interior da intervenção de um falante, o corpus atesta várias ocorrências de ‘claro que’ que introduzem um prelúdio concessivo, ao qual se acrescenta um movimento opositivo, marcado através do conector contrastivo com valor contra-argumentativo ‘mas’:

(11) Acontece que há um tempo certo para isso, e não é ainda este o momento exacto. Talvez lá para meio do próximo ano possa começar a abrandar este ritmo infernal de vida. Claro que continuarei a fazer televisão, mas não seis dias por semana como sucede actualmente. Nem pensar nisso.

(12) Cada um faz o luto como pode, e como quer, e como pode suportá-lo. Claro que separar-me de um homem com o qual vivi trinta e dois anos não é fácil. Mas sou uma cineasta, e só posso fazer coisas em cinema.

Note-se que o valor concessivo referido se actualiza retrospectivamente, dada a presença no discurso subsequente do enunciado encabeçado por ‘mas’ (ou um conector semântico-pragmaticamente equivalente, por exemplo, ‘no entanto’). Por outras palavras, ‘claro que’ continua a marcar um reforço epistémico, enfatizando o

compromisso epistémico do falante: o locutor admite enfaticamente algo, antecipando ou evocando, de forma polifónica, a expectativa do interlocutor (e concordando com ela), para seguidamente contrapor informação apresentada como argumentativamente mais saliente. Assim, potenciais conclusões inferíveis a partir do enunciado encabeçado por ‘claro que’ são descartadas, sendo o membro discursivo introduzido pelo conector contrastivo apresentado como aquele que deve ser considerado relevante na prossecução do discurso.

Este uso revela-se particularmente interessante no âmbito de uma análise de estratégias de cortesia verbal em contextos polémicos. Veja-se o exemplo seguinte:

(13) É claro que o museu faz falta e já devia ter sido construído, mas não será o museu a levar milhares de pessoas a Foz Côa. O que interessa ao visitante é o sítio arqueológico em si.

Este fragmento surge num contexto polémico, em que se confrontam opiniões não convergentes sobre o papel do museu em Foz Côa. O falante começa por admitir ou aceitar a validade de um determinado ponto de vista, avançado por outros, para de seguida contrapor o seu. O movimento concessivo parece, pois, funcionar como uma espécie de prelúdio atenuador da potencial ameaça, em termos da face positiva do outro, que o contra-argumento que se segue poderia envolver. Com esta estratégia, atenua-se, portanto, o desacordo com um ponto de vista alheio, que a objecção introduzida por ‘mas’ expressa.

3. Considerações finais

Neste trabalho, descrevemos os valores do marcador discursivo ‘claro’ no PEC partindo de dados autênticos. No quadro seguinte, sintetizam-se os valores atestados:

Valores monológicos	Reforço/intensificação (plano epistémico)	Marcador de movimento concessivo (claro que p mas q)	
---------------------	---	---	--

Valores dialógicos	Reforço/intensificação (plano ilocutório): resposta afirmativa enfática	Acordo	Função fática (retroalimentação conversacional)
--------------------	---	--------	---

Quanto ao papel do marcador no que toca às estratégias discursivas de cortesia, um segundo objetivo deste estudo, verificámos que ‘claro’ pode ser usado ao serviço da cortesia positiva ou valorizadora, no caso da expressão de acordo e também quando funciona como marcador fático, mas também pode ocorrer ao serviço da cortesia negativa ou atenuadora, nas construções que envolvem um movimento concessivo-opositivo (*claro que...mas*).

Note-se que entre os valores atestados há zonas de sobreposição ou imbricação, típicas do fenómeno da polissemia. Com efeito, o valor monológico de reforço epistémico não deixa de estar presente no valor dialógico de resposta enfática. Todavia, graças à posição do marcador – intervenção reativa –, é a função ilocutória que assume maior proeminência. O mesmo acontece com o valor dialógico de acordo, que adquire a sua especificidade apenas pelo facto de o marcador ocorrer como intervenção reativa a uma asserção, e não a uma pergunta. Por seu turno, uma marca de acordo esvaziada de conteúdo transforma-se num sinal de retroalimentação conversacional, (Pons Bordería 2012). Por último, também o valor concessivo de ‘claro que’ parece passível de ser integrado na rede polissémica. Salientou-se que o valor concessivo só era activado quando, na sequência discursiva, ocorria um conector contrastivo. Neste caso, ‘claro que (p)’ mantém o seu valor de reforço epistémico, e, inclusivamente, parece marcar o acordo do falante com uma outra ‘voz’, responsável por um ponto de vista alheio (expresso ou contextualmente recuperável). Ao avançar com um segmento discursivo contrastivo (‘mas q’), o falante apenas assinala que, tendo concedido a admitir (enfaticamente) p, assume como mais saliente para o seu propósito argumentativo a informação contida em q.

Importa, por fim, apontar algumas pistas de trabalho futuro, nomeadamente o estudo do desenvolvimento histórico do marcador. Os dados parecem atestar, em sincronia, um processo de gramaticalização.⁷ De facto, no corpus ocorrem

⁷ Utilizamos o termo tal como tem vindo a ser utilizado por Traugott (cf. Traugott 1997 e Traugott & Dasher 2002) na sua investigação sobre o desenvolvimento histórico de marcadores discursivo. Nesta perspectiva, fala-se de gramaticalização

construções que parecem estar na origem dos usos de ‘claro’ (e variantes assinaladas) como marcador discursivo. Veja-se o exemplo seguinte:

(13) *É claro que este é o princípio de um longo caminho.* E, para que ele possa ser percorrido "como deve ser", a Ordem quer ver garantidas algumas coisas.

O enunciado em itálico envolve uma completiva adjectival, que funciona como sujeito da frase e é seleccionada pelo adjectivo com leitura epistémica ‘claro’. Em contextos deste tipo, ‘claro’ funciona como predicador, operando, portanto, ao nível do conteúdo proposicional do enunciado. Julgamos que nestes contextos emerge sistematicamente uma implicatura relacionada com o universo epistémico do falante: ao afirmar que algo é claro, o falante implica um forte compromisso epistémico relativamente ao que asse. Esta implicatura parece ter-se convencionalizado nos usos de ‘claro que’/‘claro’ como modalizador epistémico de reforço do valor de certeza, onde ‘claro’ passa a ter no seu escopo toda a proposição. Note-se que, como acontece tipicamente nos processos de gramaticalização, se verifica uma erosão do ponto de vista fonético: *é claro que* > *claro que* > *claro*.

Em Traugott & Dasher (2002:49), avança-se a hipótese segundo a qual “pragmatic implicatures play a crucial bridging role in semantic change”. Quer isto dizer que certas expressões que num primeiro momento operam ao nível proposicional ou do conteúdo, passam a assumir novos valores, graças à convencionalização de implicaturas conversacionais que no processo comunicativo são ativadas de forma regular nas construções em que ocorrem. Estas implicaturas generalizadas podem, pois, dar origem a um novo valor semântico, que tipicamente envolve um processo de reanálise ou recategorização do item. Assim, parece verificar-se uma mudança unidireccional, do plano do conteúdo para o domínio pragmático da modalização, por definição subjetiva, do que é dito.

Por outro lado, o valor de reforço epistémico de ‘claro’ parece ter dado origem a novos usos do item, o de marcador de resposta afirmativa enfática em contextos de diálogo. Com efeito, se, como admitimos, ‘claro’, como resposta a uma pergunta total

quando se verifica um processo unidireccional pelo qual determinados itens (ou construções) lexicais, que operam num primeiro momento ao nível proposicional ou do conteúdo, passam a assumir outras funções, de carácter discursivo-pragmático, em estádios de língua posteriores.

num diálogo, corresponde a um ‘sim’ enfático, ou seja, a uma resposta afirmativa enfática, então o valor dialogal subsume o valor monológico atrás descrito. É certo, como já atrás foi dito, que o contexto dialogal confere maior saliência ao valor interativo do marcador, até pelo seu frequente funcionamento como intervenção reativa autónoma, mas o carácter enfático da resposta resulta justamente de ela comunicar uma asserção que comporta um reforço epistémico. Uma fase final do desenvolvimento do marcador corresponderia aos usos em que, em contexto dialógico, o valor de acordo se esvazia, deixando de comunicativamente relevante, passando o marcador a sinalizar apenas atenção cooperante por parte do interlocutor.

Em síntese, avançamos a seguinte hipótese para o possível trajeto de gramaticalização de ‘claro’:

claro (predicador epistémico) > claro (modalizador epistémico) > claro (marcador de acordo e de resposta afirmativa enfática, no domínio interpessoal da comunicação) > claro (marcador de retroalimentação conversacional)

A coexistência, em sincronia, dos diferentes valores não questiona a hipótese de gramaticalização. Com efeito, tal coexistência (“layering”) é reconhecida e confirmada pelos dados empíricos em trabalhos de pesquisa sobre o desenvolvimento de marcadores discursivos em diferentes línguas (cf. Traugott & Dasher 2002: 40).

Referências

Alonso-Cortés, A. (1999) “ Las construcciones exclamativas. La interjection y las expressions vocativas”, en Bosque, I. & Demonte, V. (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, vol 3 (Madrid: Espasa).

Brito, A.M., Duarte, I. & Matos, G. (2003) “Estrutura da frase simples e tipos de frases”, en Mateus, M.H.M. et al., *Gramática da Língua Portuguesa* (Lisboa: Caminho).

Briz, A. (2006) “Para una análisis semántico, pragmatic y sociopragmática de la cortesía atenuadora en España y América”, en *Lingüística Española Actual*, XXVIII/2, pp. 1-41.

Faria, I.H. (2003) “O uso da linguagem”, en Mateus, M.H.M. et al., *Gramática da Língua Portuguesa* (Lisboa: Caminho).

Brown & Levinson (1987) *Politeness. Some Universals in Language Use* (Cambridge: Cambridge University Press).

Gutiérrez-Rexach, J. & Andueza, P. (2011) “Degree restrictions in Spanish exclamatives”, en Ortiz-López, L.A. (ed.) *Selected Proceedings of the Hispania Linguistics Symposium* (Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project).

Levinson, S. (1983) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Martins, A.M. (2006) “Emphatic affirmation and polarity: contrasting European Portuguese with Brazilian Portuguese, Spanish, Catalan and Galician”, en J. Doetjes, J. & Gonzalez, P. (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2004*. (Amsterdam: John Benjamins).

Lima, J.P. de (2002) “Grammaticalization, subjectivation and the origin of phatic markers”, en Wischer, I. & Gabriele Diewald, G. (eds.), *New Reflections on Grammaticalization* (Amsterdam: John Benjamins).

Pons Bordería, S. (1998) *Conexión y conectores: estudio de su relación en el registro informal de la lengua*. Cuadernos de Filología, Anexo XXVII (Valencia: Universitat de Valencia).

Pons Bordería, S. (2012) “Claro. Una palabra sobre los apellidos de la sintaxis”, en Bustos Tovar et al. (eds.) *Sintaxis y análisis del discurso hablado en español. Homenaje a Antonio Narbona* (Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla).

Rett, J. (2008) “Exclamatives, degrees and speech acts”, en *Linguistics and Philosophy*, 34/5, 411-442.

Traugott, E. (1997) “The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization” (www.stanford.edu/~traugott/papers/discourse.pdf).

Traugott & Dasher (2002) *Regularity in Semantic Change* (Cambridge: Cambridge University Press).